

Reportagem Especial

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Servidor terá de pagar mais R\$ 155 ao mês

Teto de contribuição da União passará de R\$ 570,88 para R\$ 726,57 com alta da alíquota, o que pode se estender a todo o funcionalismo

Com a reforma da Previdência, a contribuição dos servidores da União vai subir dos atuais 11% para 14%. Ou seja, para receber o teto de aposentadoria no valor de R\$ 5.189,82, o servidor que hoje paga R\$ 570,88, como teto de contribuição, deverá pagar R\$ 726,57. Um aumento de R\$ 155,69.

A pedido dos governadores, poderá ser incluída depois uma emenda para ajustar também a alíquota paga pelos servidores estaduais. Segundo a Secretaria de Estado do Planejamento, em 2010 o governo do Estado gastou R\$ 704 milhões com aposentadorias, e a projeção para este ano é de R\$ 1,6 bilhão, ou seja, mais que o dobro.

Por meio de nota, o governo do Estado afirmou que defende um ajuste fiscal realista, dentro da responsabilidade com as contas públicas e voltado para o equilíbrio financeiro. Sobre as propostas referentes à Previdência, como ainda estão em discussão, o governo prefere não se manifestar.

Segundo o advogado previdenciário Geraldo Benício, a maioria

das pessoas normalmente se aposenta com salário mínimo e perde com a inflação: “Não haveria necessidade de o governo taxar mais os trabalhadores. É um custo a mais para os empregadores, e isso pode repercutir na diminuição do emprego, num futuro próximo.”

Segundo a advogada previdenciária Maria Regina Uliana, para ser aprovado o aumento de 11% para 14% na alíquota, as propostas precisam ser discutidas no Congresso:

“Se houver alteração na alíquota, ela se aplicará provavelmente para todo o funcionalismo público. Servidores têm regime próprio de aposentadoria. Já quem atua no setor privado entra no cálculo geral do INSS. Se essa reforma vier como emenda constitucional, vai se aplicar a todos os servidores.”

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Manoel Pimenta, considerou as medidas necessárias porque, para ele, o poder público se desorganizou. “Funcionários públicos recebem valores de aposentadoria integrais. O que mantém o Estado é quem trabalha, quem produz. O Estado vive de nossa contribuição. A reforma é necessária para que o País não quebre.”

A Agência Estado informou ontem que o presidente Temer havia determinado que o texto da reforma fosse para a Câmara até a meia-noite, o que não foi confirmado até o fechamento da edição, à 0h30 de hoje.

Medidas são necessárias, defendem empresários

Pensando em solucionar os problemas econômicos do País, a reforma da Previdência é vista positivamente pelos representantes dos empresários capixabas. O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), Paulo Alexandre Baraona, acha as medidas necessárias.

“A Previdência causa um rombo nos cofres de todas as esferas do poder público. Existem dois Brasis: um que possui regalias na aposentadoria, e o Brasil das pessoas que têm o teto máximo de R\$ 4 mil, que dificilmente consegue ser alcançado”, comentou.

“A reforma é crucial para a economia, pois a Previdência consome mais do que é investido em infraestrutura, por exemplo, e esse déficit aumenta e inviabiliza cada vez mais as atividades econômicas do País”, concluiu.

O presidente da Federação do Comércio do Espírito Santo (Fecomércio-ES), José Lino Sepulcri, acredita que a responsabilidade pelo rombo que existe nas contas públicas só não pode ser transferi-

do para a sociedade.

“Estamos atravessando a pior crise do comércio nos últimos 100 anos. Nós estamos fazendo esforços para resgatar a oportunidade de investir e gerar emprego. A população tem a ilusão de que a reforma vai diminuir a carga de responsabilidade. Se as taxas continuarem exorbitantes, afetarão ainda mais o bolso da sociedade, o que não é justo”, desabafou.



BARAONA: “Reforma é crucial”



A CÂMARA vai analisar a reforma, que pode ganhar emenda e estender alíquota maior a todos os servidores

OPINIÕES

RODRIGO GAVINI — 27/01/2016



“A reforma é necessária para não haver uma 'quebra' do País. O Estado vive de nossa contribuição”

Manoel Pimenta,
vice-presidente da Findes

RODRIGO GAVINI — 06/07/2016



“A população tem a ilusão de que a reforma vai diminuir a nossa carga de responsabilidade”

José Lino Sepulcri,
presidente da Fecomércio

RODRIGO GAVINI — 24/07/2014



“Não haveria necessidade de o governo taxar mais os trabalhadores, isso diminuirá empregos”

Geraldo Benício,
advogado previdenciário

ANÁLISES

Maria Regina Uliana,
advogada previdenciária



“A reforma ainda tem que ser discutida”

“A proposta vai impactar de forma muito drástica a vida do trabalhador e, por isso, tem que ser muito discutida no Congresso. A Previdência não é alimentada apenas pelas contribuições, há impostos destinados à Previdência.

Por isso, eu acho desnecessário aumentar a contribuição dos trabalhadores e estipular uma nova idade mínima. Isso não será viável para quem trabalha, pois a expectativa de vida brasileira não é igual a de outros países, nem as condições de trabalho.

Estudos apontam que não existe déficit na Previdência. O que ocorre é má gestão dos recursos. O governo joga na conta da Previdência custos de programas assistenciais.”

João Eugênio Filho
Advogado previdenciário



“O País pode entrar em colapso”

“O pacote de reforma da Previdência pretende, mais uma vez, endurecer as regras de aposentadoria, tanto no tocante à obtenção quanto no tempo médio de contribuição dos trabalhadores. De fato, o funcionalismo público é um ponto que gera déficit nas contas do País.

Uma grande medida da reforma vai ser separar os benefícios assistenciais concedidos pelo governo à Previdência. De um modo geral, as medidas são extremamente necessárias.

No entanto, penso que é muito cedo para dizer se isso será a solução dos problemas, como tem sido dito. O fato é que a economia nacional pode chegar a um colapso nos próximos 10 anos, se nada for feito.”

Bruno Funchal
Professor de Economia da Fucape



“É importante ajustar a alíquota”

“Temos hoje um déficit de mais de 130 bilhões, com expectativa de chegar a 180 bilhões em 2017. Parte significativa desse déficit, refere-se ao sistema regime próprio de Previdência do setor público, protegendo um universo de pessoas 25 vezes menor que o setor privado.

Assim, ajustar o tempo de contribuição é importante, mas não suficiente para reduzir o problema de sustentabilidade do sistema previdenciário.

É importante ajustar a alíquota de contribuição o quanto antes, para que a tendência de piora seja revertida, garantindo sua sustentabilidade e o recebimento dos aposentados. Não podemos deixar o caso do Rio de Janeiro se generalizar em todo o Brasil.”